

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.906 - SP
(2018/0077214-4)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : BOMBRIL HOLDING S.A
ADVOGADOS : NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES - SP128341
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966
FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551
ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
RAPHAEL NOGUEIRA BESSA DE ARAUJO - DF052401
EMBARGADO : CASTELO ALIMENTOS S/A
ADVOGADOS : EDUARDO SOARES LACERDA NEME - SP167967
FERNANDO HENRIQUE - SP258132

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECEBIMENTO DO RECURSO INTEGRATIVO COMO AGRAVO INTERNO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE NOS TERMOS DO ART. 1.024, § 3º, DO NCPC.

DECISÃO

CASTELO ALIMENTOS S.A. (CASTELO) ajuizou ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos, com pedido de tutela antecipada, contra BOMBRIL HOLDING S.A. (BOMBRIL).

A sentença julgou procedentes os pedidos iniciais (e-STJ, fl. 583/586 e 598/599).

A apelação manejada por BOMBRIL não foi provida pelo TJSP, nos termos do acórdão relatado pelo Des. FRANCISCO CASCONI, assim ementado:

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS – TARDIA JUNTADA PELA SERVENTIA DE SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES QUANDO DA BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM – EMBARGOS DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS COM EFEITO INFRINGENTE – ACÓRDÃO DESCONSTITUI FLAGRANTE NULIDADE – NOVO JULGAMENTO, AGORA COM REGULAR INTIMAÇÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE VINAGRE TRIPLO E COMODATO DE TANQUE DE AÇO INOX PARA ESTOCAGEM – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

ASSUMIDAS PELA RÉ – SUSPENSÃO DO CONSUMO SEM JUSTIFICATIVA OU PRÉVIO AVISO À AUTORA – TANQUE NÃO RESTITUÍDO – ILEGITIMIDADE PASSIVA – NÃO CARACTERIZAÇÃO – SUCESSÃO ENTRE EMPRESAS - JULGAMENTO "EXTRA PETITA" – INOCORRÊNCIA – QUANTUM INDENIZATÓRIO BEM FIXADO – TANQUE RETIRADO PELA AUTORA – ASTREINTES – MANUTENÇÃO – FIXAÇÃO DE FORMA PROPORCIONAL E EM PATAMAR RAZOÁVEL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO (e-STJ, fl. 757).

Os embargos de declaração interpostos por BOMBRIL foram rejeitados (e-STJ, fls. 791/798).

Inconformada, BOMBRIL apresentou recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sob o fundamento de afronta aos arts. 17, 537 e 1.022, todos do NCPC; e 186, 884, 927 e 1.148, todos o CC/02.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 833/854).

O recurso foi inadmitido na origem por (1) ausência de omissão no acórdão recorrido; e (2) incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF (e-STJ, fls. 856/857).

Ainda irresignada, BOMBRIL manifestou o presente agravo, em cujas razões, além de reiterar seu recurso especial, aduziu, em resumo, que (1) a decisão agravada usurpou da competência dessa Corte; (2) ainda permanecem omissos temas essenciais ao deslinde da causa; (3) comprovou a efetiva violação dos artigos de lei apontados em seu recurso especial; e (4) a análise de seu apelo nobre não demanda o reexame e revolvimento de matéria fático-probatória (e-STJ, fls. 863/887).

A contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 891/899).

Em decisão monocrática de minha lavra, não conheci do agravo em recurso especial porque não foram impugnados todos os argumentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. EXAME DE

Superior Tribunal de Justiça

ADMISSIBILIDADE. MÉRITO. SÚMULA Nº 123 DO STJ.
AGRAVO NÃO CONHECIDO (e-STJ, fl. 944).

Nas razões dos embargos de declaração, BOMBRIL defendeu que a decisão embargada padeceria de omissões e contradições com relação a efetiva existência de omissão no acórdão recorrido e a não incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 950/958).

A impugnação foi apresentada (e-STJ, fls. 961/966).

É o relatório. DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Conheço dos embargos de declaração como agravo interno, nos termos do art. 1.024, § 3º, do NCPC, tendo em vista o nítido propósito modificativo externado pelas razões de e-STJ, fls. 950/958.

Intimem-se BOMBRIL para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, do NCPC.

Com a complementação, dê-se vista a CASTELO para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator